

O poder do mercado

CARLOS EDUARDO
UCHOA FAGUNDES

A mudança da equipe econômica altera a forma, mas não mexe no conteúdo da orientação até agora seguida pelo governo, conforme indicam as declarações do presidente da República e do ministro da Economia. É uma pena, pois isso significa não só a manutenção da política recessiva, com o sacrifício da atividade produtiva, do poder de compra da população e do patrimônio nacional, mas também o alargamento do fosso que separa o governo da sociedade, na esteira da sua evidente perda de credibilidade.

Parece faltar, na condução do processo decisório, uma consideração elementar: cada ato intervencionista no domínio econômico aprofunda os desequilíbrios existentes, em vez de atenuá-los. Porque cada intervenção é feita para tentar corrigir erros decorrentes de uma intervenção anterior e inevitavelmente vai gerar no futuro outra medida discricionária. Eterniza-se, desse modo, um processo de administração da economia (se é que se pode classificá-lo assim) que faz da inseurança e da falta de garantias as características marcantes da sociedade brasileira. Como atrair investimentos, aumentar a produção e suprir as enormes carências do País sem que os agentes econômicos, os responsáveis pela geração de riqueza, sejam minimamente estimulados a cumprir essa tarefa?

Não há passe de mágica capaz de resolver a crise brasileira. O caminho para isso é, primeiro, o governo conscientizar-se de que está fora do seu alcance e dos seus meios propiciar ao Brasil uma inflação suíça. O combate à inflação nos moldes atuais não produz os resultados pretendidos e tem um altíssimo custo social. Um país que precisa incorporar anualmente 2 milhões de pessoas ao mercado de trabalho corre o risco de comprometer o seu futuro, na medida em que nega a esses cidadãos o direito de viver de modo integrado e digno.

Mas, para que a economia funcione de forma razoavelmente saudável, é indispensável que haja cre-



dibilidade no governo, e isso depende fundamentalmente da estabilidade das regras. Com regras estáveis, uma mudança de ministro, como a que tivemos, seria reduzida à sua real dimensão de um simples ato administrativo, sem traumas ou expectativas exacerbadas. A experiência brasileira mostra que cada ministro que entra vem com sua própria receita para todos os males do País — não é à toa que tivemos seis planos de estabilização em seis anos, período em que conhecemos três moedas diferentes. Não pode haver receita mais eficaz para produzir descrédito e desestimular a produção.

Está claro que não é substituindo pessoas que se conseguirá recuperar a credibilidade. É preciso haver coerência entre as propostas políticas e a prática administrativa, entre as medidas adotadas e o discurso modernizante do governo. Os escassos progressos alcançados no programa de privatização, na abertura para o Exterior e na desregulamentação da economia não ajudam a aumentar o crédito no governo. Talvez o que se espere seja uma atitude do tipo: se o governo não pode fazer agora, deve convencer a sociedade de que está trabalhando para fazer no futuro. É essa consistência entre intenções e atos que o empresariado espera.

Ao governo não cabe intervir na economia, dizer o que se tem de produzir e a que preço, e sim estimular a concorrência, abrindo espaço para que prevaleçam as regras do mercado, coerente com a tendência do mundo moderno. Numa palavra, trocar o poder do Estado pelo poder do mercado. E arrumar a economia, de forma a permitir uma efetiva abertura, especialmente nos setores oligopolizados, dentro de um processo ordenado de integração internacional, o que pressupõe uma urgente solução para a questão da dívida externa, caminho de volta para o capital necessário ao nosso desenvolvimento.

O mais importante é que haja disposição para o trabalho e uma atitude positiva das pessoas e instituições representativas da sociedade organizada. A passagem do Brasil para o Primeiro Mundo não se fará por milagre e sim à custa de muito trabalho.

□ **Carlos Eduardo Uchoa Fagundes**, empresário, é presidente da Associação Brasileira da Indústria de Iluminação (Abilux).